



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7673 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT14 - Sociologia da Educação

A migração venezuelana da perspectiva da educação e da escola: uma revisão inicial da literatura

Daniel Guillermo Gordillo Sánchez - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

A MIGRAÇÃO VENEZUELANA DA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA: UMA REVISÃO INICIAL DA LITERATURA

Resumo

O fenômeno da migração venezuelana no Brasil é recente, apresenta um crescimento constante e exige respostas efetivas. O ritmo vertiginoso desse deslocamento populacional tem posto vários desafios, oportunidades e responsabilidades para o poder público, sobretudo para as instituições que trabalham junto à população em idade escolar, que representa uma parcela importante de migrantes. Este trabalho faz um levantamento das pesquisas que têm abordado o assunto da migração venezuelana dentro das escolas públicas brasileiras. A partir da metodologia estado da arte, se identificam os principais elementos e contribuições que tais estudos trazem para pensar as políticas de acolhimento, inserção, recepção e socialização das crianças e adolescentes venezuelanos(as) no sistema escolar brasileiro.

Palavras chave: migração venezuelana; práticas escolares; escolas públicas; acolhimento; refúgio.

1 INTRODUÇÃO

A migração venezuelana constitui um dos movimentos populacionais mais expressivos na história recente das Américas. Segundo as últimas estimativas da Agência da ONU para os Refugiados (ACNUR), mais de 5 milhões de venezuelanos(as) deixaram seu país, por conta da grave crise socioeconômica e política que enfrenta o país caribenho[1]. De acordo com a mesma organização, a Venezuela tem a segunda maior crise de refugiados do mundo após a Síria, o que denota a necessidade de esforços e políticas que garantam a proteção internacional

dessa população.

Vale assinalar que este quadro contrasta com o período de conquistas sociais que a Venezuela vivenciou durante a primeira década do século XXI, sendo, inclusive, um país que abrigou migrantes e refugiados(as) de muitos países, especialmente da Colômbia, cujo conflito armado, que perdurou por cinco décadas, expulsou milhões de pessoas. Hoje a situação é inversa e a Colômbia tem acolhido quase dois milhões de venezuelanos(as), que também tentam chegar a pé a outros países como Equador, Peru e Chile, em busca de acolhimento, refúgio e emprego.

Recentemente, o Brasil entrou no leque de opções migratórias para os(as) venezuelanos(as). Signatário da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, este país tem outorgado o status de refugiado a uma parte desses migrantes, oferecendo-lhes residência, moradia e alimentação temporárias. A entrada dos(das) migrantes se dá principalmente pelo estado de Roraima, o qual possui localização geográfica favorável a esse descolamento, mas apresenta sérias dificuldades para abrigar o grande contingente populacional, principalmente no que diz respeito a políticas públicas integradoras de saúde, educação e emprego. Por essa razão, há necessidade realocar essas pessoas a outros estados e centros urbanos do Brasil, ampliando o acesso ao mercado de trabalho e à rede de programas sociais.

Isso vem se dando através da *Operação Acolhida*, uma força-tarefa humanitária criada em 2018 e coordenada pelo Governo Federal, com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e instituições da sociedade civil. Um dos eixos programáticos dessa iniciativa consiste na *interiorização*, através do deslocamento voluntário de famílias para outras unidades da federação[2]. Conforme dados da ACNUR, até dezembro de 2019, mais de 260.000 refugiados, solicitantes de asilo e migrantes temporários passaram a residir no Brasil. Um estudo da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Governo Federal, atualizado em julho/2020[3], constata a presença de venezuelanos(as) em 599 municípios brasileiros, nas 26 unidades federativas e no Distrito Federal; e demonstra que, dos(das) venezuelanos(as) deslocados(as) através do programa de interiorização, aproximadamente 36% estão em idade escolar (menores de 18 anos). Vale ressaltar, igualmente, o deslocamento forçado de indígenas venezuelanos(as), que hoje se encontram, em sua maioria, nos estados do Norte e Nordeste. Até junho/2020 contabilizava-se um total de 5.020 residindo no Brasil, aproximadamente 50% em idade escolar, pertencentes às etnias Warao (a mais numerosa), Kariña, Pemon e E'ñepa[4].

À luz desse quadro, observa-se que o fenômeno da migração venezuelana interpela o poder público e, fundamentalmente, as instituições que atuam junto à população em idade escolar. A ACNUR alerta que 70% das crianças e adolescentes venezuelanos(as) não frequentam as escolas no Brasil[5], revelando a situação de desigualdade de uma população que já se encontra em extrema condição de vulnerabilidade. Ficam evidentes as grandes barreiras linguísticas, econômicas e sociais que dificultam a integração dos(as) migrantes à sociedade local e a urgência de respostas para favorecer o acolhimento dessa população.

Portanto, pode-se afirmar que há, em todo o território brasileiro, uma enorme demanda de políticas educacionais que garantam o direito humano à educação escolar, sem nenhum tipo de distinção, como consagrado na legislação nacional (Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e Lei de Migração de 2017) e internacional (Convenção sobre os Direitos da Criança de 1990 e Declaração de Cartagena sobre Asilo e Proteção Internacional de Refugiados de 1984), da qual o Brasil é signatário.

Além disso, considerando que o atendimento educacional de uma população em

situação de deslocamento forçado não é uma tarefa fácil, é preciso, igualmente, o desenvolvimento de programas e mecanismos que assegurem a permanência daquelas crianças e adolescentes que já frequentam o sistema escolar brasileiro. É fundamental, então, pensar em diretrizes, ações, protocolos e práticas que combatam a discriminação étnico-racial e valorizem a singularidade linguístico-cultural dos(as) migrantes, indígenas e não indígenas.

Neste trabalho, parto do pressuposto de que para apontar soluções ou explorar possíveis caminhos pedagógicos que tenham o acolhimento e a interculturalidade como princípios norteadores, é preciso identificar problemas e necessidades específicas *in loco*, a partir de abordagens em campo, bem como mapear trabalhos acadêmicos que tenham se debruçado sobre as experiências, processos de ensino-aprendizagem e práticas escolares com crianças e adolescentes venezuelanos(as) nas escolas brasileiras. Acredito que políticas educacionais diferenciadas e localizadas requerem reflexões teórico-metodológicas que revelem realidades, problemáticas, tensões, oportunidades e contextos específicos.

Assim, apresento aqui uma análise inicial da literatura, publicada entre 2015-2020[6], sobre a questão da migração venezuelana nas escolas brasileiras, sob a ótica da educação e das ciências humanas, privilegiando pesquisas com aproximações empíricas. Farei uma sistematização de artigos e textos completos publicados em revistas acadêmicas e anais de congressos, e de dissertações e teses. Subsidiado pela metodologia de estado da arte (FERREIRA, 2002), busco caracterizar esta literatura, identificando escolhas metodológicas e teóricas e levantando suas principais contribuições.

2 DESENVOLVIMENTO

As buscas foram realizadas nos sites Google Scholar, Scielo e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, contemplando apenas os trabalhos com textos completos disponíveis (5 de 8). Analisam-se, a seguir, 1 trabalho publicado em evento, 2 artigos publicados em revistas acadêmicas e 2 dissertações de mestrado, não aparecendo teses sobre o assunto. Foram utilizados os termos: migrantes venezuelanos nas escolas brasileiras, venezuelanos nas escolas brasileiras, adolescentes e crianças venezuelanas no Brasil.

O trabalho de Furtado, Barros e Souza (2018), publicado nos anais de um evento, apresenta a formulação de uma problemática de pesquisa. Ao constatar que não há uma política de inclusão para o ensino de estrangeiros em Boa Vista, estado de Roraima, pretende analisar os desafios vivenciados por professores(as) de ciências na rede estadual de ensino, no marco do estágio curricular supervisionado da Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). A partir de um levantamento de alunos(as) venezuelanos(as) matriculados(as) nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) na rede estadual de ensino em Boa Vista, os(as) autores(as) identificam as 5 escolas que apresentam o maior índice de estudantes migrantes, nas quais vão realizar uma pesquisa qualitativa sobre os desafios da migração na região fronteiriça, mediante questionários e entrevistas.

O primeiro artigo, de Silva *et al* (2018), se propõe a descrever a influência da imigração venezuelana nas aulas de educação física em três escolas estaduais no município de Boa Vista, dentro da experiência do estágio supervisionado da Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Roraima. A pesquisa se desenvolveu através de metodologia qualitativa do tipo relato de experiência com utilização de observação participante e diário de campo em turmas do Ensino Fundamental II. Os(as) autores(as) destacam, principalmente, a barreira linguística como a principal dificuldade no decorrer das aulas, pois os(as) alunos(as) venezuelanos(as) não conseguiam compreender o que era dito

pelos estagiários e vice-versa. Relatam, ainda, que tais estudantes ficavam isolados nas escolas, “com receio de serem ridicularizados pelo fato de não conseguirem estabelecer uma comunicação em português” (SILVA *et al*, 2018, p.105). No entanto, evidenciaram, também, as possibilidades de comunicação através do corpo e da aprendizagem observacional, demonstrando-se as atividades físicas não somente de forma verbal. E destacaram as ocasiões em que se pedia aos alunos venezuelanos que compartilhassem brincadeiras e atividades de sua cultura, para proporcionar à turma novas vivências e tradições.

Assim, Silva *et al* (2018) sugerem que o(a) professor(a) de educação física deve propor estratégias de ensino que busquem a inclusão desses(as) alunos(as), oferecendo suporte educacional e sociocultural. Ao mesmo tempo, destacam que além do idioma, é fundamental que haja solidariedade e espírito colaborativo para que haja inclusão efetiva no ambiente escolar. Nesse sentido, é fundamental que discentes e docentes brasileiros façam esforços que facilitem a comunicação entre as culturas, pois “o processo de inclusão no ambiente estudantil só nos parece possível quando há vontade daquele que quer ser incluído e colaboração daqueles que incluem” (p.107).

Por outro lado, o segundo artigo, de Zambrano (2018), busca analisar o relacionamento entre docentes e discentes em uma escola infantil brasileira, no Jardim II, com crianças de 5 e 6 anos, na fronteira Pacaraima/Brasil e Santa Elena de Uairén/Venezuela. Trata-se de uma pesquisa da área de Linguística Aplicada embasada na metodologia qualitativa de cunho etnográfico e interpretativista, através da observação participativa. A autora observou as aulas durante dois anos, no marco da sua Dissertação de Mestrado (ZAMBRANO, 2016), constatando a enorme demanda de venezuelanos por vagas nas escolas de Pacaraima, o que tem conformado aulas mistas e multiculturais.

Inicialmente Zambrano elabora uma reflexão teórica sobre conceitos como língua, identidade, transculturalidade, interculturalidade e diversidade, no intuito de problematizar o contexto escolar marcado pela presença e interação de diversas línguas, culturas e nacionalidades. O artigo conclui que falta muito para efetivamente se realizar uma educação intercultural, já que a língua portuguesa opera de forma hegemônica e a cultura brasileira se mostra como a dominante, deixando os(as) alunos(as) venezuelanos(as) como estranhos na sala de aula. Igualmente, observa que as professoras não valorizavam nem procuravam entender o que as crianças venezuelanas falavam em espanhol, o que acarretava sua não participação de atividades culturais e lúdicas. Foi evidente, também, a baixa participação das famílias venezuelanas nas reuniões da escola, pela dificuldade de falar português, dificultando assim os processos de integração na comunidade escolar.

Na dissertação, Zambrano (2016) teve o propósito de analisar o bilinguismo de crianças de 4 a 6 anos, nascidas no Brasil, de famílias venezuelanas, e que frequentam uma escola de Pacaraima, valendo-se de conceitos da sociolinguística, da antropologia linguística e dos estudos culturais para embasar o problema do uso da linguagem nessa região. Dentre as principais constatações da autora, menciona-se a construção de uma identidade híbrida e transcultural das crianças, que transitam entre as culturas e as línguas do Brasil e da Venezuela, com constante uso do bilinguismo nas salas de aula e nos espaços de integração. Da mesma forma, Zambrano sinaliza que as crianças vão se integrando gradativamente à cultura escolar, embora no início haja resistências. Destaca, contudo, a pouca preparação do corpo docente para lidar com o fenômeno dos(as) estudantes venezuelanos(as), cujas identidades e línguas são invisibilizadas. Embora a região fronteira tenha dinâmicas bilíngues, a autora afirma que a escola ainda representa um sistema monolíngue e monocultural, sendo urgentes ações concretas que abriguem as minorias linguísticas, o que envolve capacitação de gestores e professores.

Finalmente, a dissertação de Paz (2016) analisou a inclusão social de discentes venezuelanos(as) que diariamente cruzam a fronteira entre Pacaraima/Brasil e Santa Elena de Uairén/Venezuela, matriculados em escolas participantes do Programa Escolas Bilíngues de Fronteira (PEBF), no município de Pacaraima. A pesquisa utiliza, como referencial teórico, os conceitos de identidade, multiculturalismo e pluralidade cultural, centrais nos Estudos Culturais. O trabalho de campo ocorreu através da observação participante em duas escolas municipais que fazem parte do PEBF, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

De um modo geral, a autora percebe relações baseadas no bom convívio e no princípio da interculturalidade. Segundo suas observações de campo, as crianças venezuelanas não são vítimas de situações discriminatórias, havendo “entre docentes e discentes reciprocidade, estímulos às atividades em grupo, interesse à cooperação entre discentes brasileiros e venezuelanos prevalecendo um ambiente favorável à aprendizagem” (PAZ, 2016, p. 82). Sinaliza que o modelo PEBF reconhece a diversidade social, étnica e cultural, fomentando o respeito no ambiente escolar. Contudo, também identifica a hegemonia da língua portuguesa nas diversas atividades culturais e lúdicas, evidenciando que as crianças venezuelanas poucas vezes podem se expressar na sua própria língua.

3 RESULTADOS E CONCLUSÕES

A literatura acadêmica sobre a migração venezuelana nas escolas brasileiras é ainda escassa e localizada na região da fronteira do Estado de Roraima, principalmente nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, nas quais registra-se enorme demanda de venezuelanos por vagas no sistema escolar, fato que constitui, também, um espaço fértil para as pesquisas acadêmicas. Não foi possível encontrar trabalhos que analisem essa situação em outros estados e centros urbanos do Brasil, nem aproximações que tenham como sujeitos de pesquisas as populações indígenas venezuelanas. Isto demonstra um fenômeno inexplorado, que pode ser enriquecido, diversificado e debatido a partir de novos olhares que revelem contextos e realidades particulares.

De um modo geral, os trabalhos sinalizam a hegemonia do português como língua de instrução, o que gera tensões cotidianas e torna mais complexo o processo de integração e adaptação dos(as) estudantes venezuelanos(as) e suas famílias. Assim, a escola brasileira ainda se mostra hostil para os(as) estrangeiros(as), inclusive na fronteira, onde há um hibridismo e uma proximidade cultural histórica. Vale assinalar que a escola representa um dos principais mecanismos e espaços de integração local das famílias venezuelanas, pois lá começam a ser tecidos vínculos, afetos e apoios na comunidade. É fundamental, então, o desenvolvimento de políticas e práticas escolares plurilíngues que reconheçam o espanhol como língua de comunicação, integrando também os(as) estudantes e docentes brasileiros. A oferta obrigatória do espanhol na grade curricular do ensino municipal e estadual pode significar um enorme avanço para uma política de acolhimento plurilíngue. É fundamental pensar a escola como um espaço inclusivo e intercultural, no qual seja possível construir relações positivas e respeitadas, favorecendo experiências e práticas escolares que aproveitem a riqueza linguístico-cultural que supõe a chegada de crianças e adolescentes estrangeiros.

No conjunto da literatura analisada se destaca o predomínio da aproximação etnográfica, da abordagem qualitativa e da observação participante como metodologia de coleta de dados. Certamente, a antropologia e a sociologia da educação oferecem poderosos recursos teórico-metodológicos para compreender os arranjos e desarrajos que se produzem no ambiente escolar após a chegada de novos sujeitos, identidades e diferenças. Constatou-se que o trabalho de campo oferece uma importante ferramenta para conhecer as trajetórias, anseios, realidades e dificuldades dos(das) estudantes venezuelanos(as) nas escolas

brasileiras. Nesse horizonte, também deve ser ressaltada a presença de autores(as) como Homi Bhabha, Néstor Garcia Canclini, Stuart Hall, Vera Maria Candau, além de outras referências dos Estudos Culturais, os(as) quais permitem ponderar o fenômeno da migração venezuelana como um terreno de significação contestado, que envolve relações de poder, desigualdades e disputas nos processos de marcação da identidade e da diferença.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Norma. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago., 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>>. Acesso em: 04/09/2020.

FURTADO, Kelly; BARROS, Renata; SOUZA, Ivone. **Desafios vivenciados por professores de ciências em relação aos estudantes imigrantes venezuelanos nas escolas estaduais de Boa Vista – Roraima**. In: V CONEDU: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Olinda, 2018. Disponível em: . Acesso em: 04/09/2020.

PAZ, Sandra. **Escolas bilíngues de fronteira: inclusão de discentes venezuelanos nas escolas municipais da área urbana de Pacaraima**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteira) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

SILVA, Richardson; SOUZA, Elielbson. NICOLETTI, Lucas; CARDOSO, Vinícius. Influência da imigração venezuelana nas aulas de Educação Física em Boa Vista, Roraima. **Revista Eletrônica Casa De Makunaima**, v. 1, n. 1, p. 102-108, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.24979/makunaima.v1i1.407>>. Acesso em: 04/09/2020.

ZAMBRANO, Cora Elena. **O bilinguismo no entre lugar de crianças “brasileiras venezuelanas” na fronteira**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

ZAMBRANO, Cora Elena. Reflexões sobre língua e interculturalidade em uma escola da Fronteira Brasil/Venezuela. **Revista Leia Escola**, Campina Grande, v. 18, n. 3, p. 178-189, 2018. Disponível em: . Acesso em: 06/09/2020.

[1] Mais informações em: <https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>

[2] Informações detalhadas sobre a Operação Acolhida em: <https://www.gov.br/acolhida/>

[3] Estudo completo disponível em: <https://r4v.info/es/documents/details/78266>

[4] Relatório de Atividades do ACNUR para Populações Indígenas - Junho de 2020. Disponível em: <https://r4v.info/es/documents/details/77859>

[5] Mais informações em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/07/Estudo-sobre-Integra%C3%A7%C3%A3o-de-Refugiados-e-Migrantes-da-Venezuela-no-Brasil.pdf>

[6] Publicada até o mês de agosto de 2020.